

PARCERIA COM ÓRGÃO FEDERAL

# Estado prevê obra mais rápida no Contorno do Mestre Álvaro

GUILHERME FERRARI - 22/03/2017



Entorno do Mestre Álvaro, na cidade da Serra, vai receber as obras, que farão um desvio para retirar o tráfego pesado de um trecho da BR 101

**Dnit fará parte de projetos e obra viária; governo estadual segue com desapropriações**

▄ **RONDINELLI TOMAZELLI**  
rtomazelli@redgazeta.com.br

Aburocracia redobrada para prestação de contas nas esferas estadual e federal motivou o Departamento de Estradas e Rodagem (DER-ES) a devolver para o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) a parte de projeto e execução da obra do Contorno do Mestre Álvaro, Serra, que ligará dois pontos da BR 101. As conversas vinham desde o fim de 2016 entre as duas partes, mas a transferência de contrato ocorreu há cerca de um mês.

Dessa forma, segundo ex-

plica o diretor-geral do DER, Enio Bergoli, enquanto o Dnit ficará responsável pela aprovação dos projetos e pela obra, o governo capixaba continua gerenciando outras duas frentes do empreendimento: as indenizações ambientais e desapropriações de áreas.

“Como os recursos são federais, fica mais fácil o Dnit controlar a parte da obra e dos projetos, porque estávamos tendo trabalho dobrado. A cada três meses, era preciso prestar contas aos órgãos de controle. Tinha que ir para o Tribunal de Contas do Estado (TCEES) e para o Tribunal de Contas da União (TCU)”, frisa Bergoli.

Funcionava assim desde que o convênio entre DER e Dnit foi firmado há

“

**A obra passar para o Dnit não tem nada a ver com o TCU. Encurtamos burocracia e seguiremos como parceiros”**

—  
**ENIO BERGOLI**  
DIRETOR-GERAL DO DER

quatro anos, em 2013. “Em convênio com a União repassando recurso e entra um ente estadual, o que acontece é duplicidade na prestação de contas, até um triplo caminho, porque o DER é o interveniente executor, tem de fazer, licitar, prestar conta, mandar para Setop (Secretaria Estadual de Obras), que por sua vez manda para o Dnit, e todas essas operações são sujeitas a auditorias internas e externas do TCEES e do TCU. É muita burocracia e documento”, argumenta Bergoli.

A ordem de serviço poderia ter sido dada este ano para um primeiro trecho da obra, mas um acórdão do plenário do TCU, de fevereiro, determinou preventivamente que o DER não desse

qualquer início às obras antes da aprovação da totalidade do projeto básico ou, se alguma ordem nesse sentido já houvesse sido proferida, que fosse suspensa ou revogada. Bergoli e o Dnit recorreram, sem êxito.

A unidade técnica do TCU apontou indícios de que haveria emissão de ordem de serviço para início das obras de terraplenagem no trecho das estacas 500 e 950 antes da aprovação da totalidade do projeto básico. Segundo verificado, esse trecho apresenta baixa complexidade e alta rentabilidade ao consórcio executor.

“Como as medições e os respectivos faturamentos serão feitos tomando-se por base o preço médio da terraplenagem, afigura-se signifi-

cativo o risco de que a execução antecipada do trecho entre as estacas 500 e 950 ocasione grave desequilíbrio econômico-financeiro na execução contratual em favor do consórcio, bem como desestime a realização das obras do trecho entre as estacas 0 e 500, as quais têm grau de dificuldade elevado, alto custo e baixo faturamento”, diz o relator do processo, Augusto Sherman.

Ocorre que há aí um precedente jurídico que pode paralisar obras em todo o país, observa Bergoli. Isso porque o Mestre Álvaro não é tocado pela lei de licitações, mas pelo novo Regime Diferenciado de Contratações (RDC), que não exige que todo o projeto executivo esteja pronto antes da obra.

## Início dos serviços estimado só para junho

▄ O diretor-geral do DER, Enio Bergoli, ressalta que a obra do Contorno do Mestre Álvaro será feita pelo Dnit, mas com parceria do DER. O órgão federal vai fazer a parte de pro-

jeto e do serviço já licitado. O trecho de 19 km ainda não foi iniciado, apesar de prometido há anos. Os projetos estão sob análise de uma comissão do Dnit. Diretor-executivo do

Dnit nacional – e ex-diretor do DER que articulou essa transferência –, Halpher Luiggi endossa o objetivo de acelerar o processo. Ele prevê que as intervenções comecem entre junho e ju-

lho deste ano.

“Era a nossa primeira obra de RDC Integrado no Estado. Essa decisão do TCU tem impacto em obras em todo o país. Sempre se pode começar obra de RDC com o

projeto aprovado parcialmente, mas o TCU resolveu diferente, disse que não pode iniciar nem pagar obra sem que a integralidade do projeto básico esteja aprovado. Mas não pagamos projeto nem iniciamos obra”, esclarece o diretor do DER.

O fato é que o governo

estadual e o Dnit seguiram o TCU, tanto que os primeiros 10 km da pista estão prontos para começar com licenças liberadas, mas será necessário o Dnit aprovar o projeto da outra parte. Bergoli nega relação entre a decisão do TCU e fato de o Dnit reassumir a obra.